



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CERTIDÃO

Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal da Nazaré, certifica que a Assembleia Municipal da Nazaré, em sua sessão ordinária, realizada em vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro, deliberou tomar conhecimento do “Relatório e Contas 2023 – Empresa Nazaré qualifica E. M. Unipessoal, Lda. “. -----
Por ser verdade e me ser pedido, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município. -----

Nazaré, 01 de julho de 2024

A Técnica Superior

(Paula Veloso)



MUNICÍPIO DA NAZARÉ - CÂMARA MUNICIPAL

**CÓPIA DE PARTE DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ,
DE SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

***“358/2024 – RELATÓRIO E CONTAS 2023 – EMPRESA NAZARÉ QUALIFICA E. M.,
UNIPESSOAL, LDA.”***

Para conhecimento do Órgão Executivo e posterior envio à Assembleia Municipal também para conhecimento é presente ofício N.º 11/CG/2024, datado de 2024.06.03 que fazem parte da pasta de documentos da reunião se dá por transcrito. -----

“A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade enviar à Assembleia Municipal também para conhecimento”. -----

Está conforme,

Nazaré, 11 de junho de 2024

A Técnica Superior,

Paula Veloso



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

/2024 – RELATÓRIO E CONTAS 2023- EMPRESA NAZARÉ QUALIFICA
E.M., UNIPESSOAL LDA.,

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em ...7.../6.../2024

358
A câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade enviar à Assembleia Municipal também para conhecimento.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

MASS
Manuel António Águeda Sequeira

DESPACHO:

Ai Reunião
MASS
3/6/2024

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

MASS
Manuel António Águeda Sequeira



Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré
Manuel António Águeda Sequeira
Av. Vieira Guimarães, n. 54.
2450-112 Nazaré

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência
11/CG/2024

Data
03/06/2024

ASSUNTO: Relatório e Contas 2023.

Para conhecimento de V.Exa., vimos remeter o Relatório e Contas 2023 da empresa municipal Nazaré Qualifica, aprovado pelo Conselho de Gerência e Assembleia Geral em reuniões de 29/05/2024.

Com os melhores cumprimentos.

O Vogal do Conselho de Gerência

João Paulo Quinzico da Graça, Dr.

[Handwritten signature]
Lia
Rui



RELATÓRIO E CONTAS

2023



[Handwritten signature]

NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2023

1 - Introdução

A NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA., com sede social em da Praia do Norte, Centro de Alto Rendimento de Surf, Nazaré, é uma empresa local, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, com um capital social de 10.000,00 €, detida a 100 % pelo Município da Nazaré, e que tem por objeto social:

- a) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e de desenvolvimento económico e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto;
- b) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- c) Renovação e reabilitação urbanas e gestão de património edificado;
- d) A promoção, construção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, no Município da Nazaré, sujeito ao pagamento de taxa, em zonas devidamente delimitadas e sinalizadas da via ou vias sob jurisdição municipal, no subsolo ou à superfície e a correspondente fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e Legislação Complementar, nos termos previstos no art.º 5 do Decreto - Lei n.º 44/2005 de 23 de fevereiro e no Decreto – Lei n.º 327/98 de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 99/99 de 26 de julho, bem como, da legislação que altere ou substitua essas normas, incluindo a prestação de serviços conexos com estas atividades;
- e) O abastecimento público de água;
- f) O saneamento de águas residuais urbanas;
- g) A recolha de resíduos urbanos e limpeza pública;
- h) O transporte de passageiros.

Os Órgãos Sociais da NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA., são:

Conselho de Gerência

Presidente- Salvador Portugal Formiga

1º Vogal - João Paulo Quinzico da Graça

2º Vogal - Regina Margarida Amada Piedade Matos

Assembleia Geral

Presidente – Manuel António Águeda Sequeira

Fiscal Único

Mazars & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira – ROC 961)

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2023.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL LDA., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2023 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 2 620 262,86 €, representando uma variação de 66,20% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



Estrutura de Rendimentos

1 698 294,48



■ Vendas
 ■ Prestação de Serviços
 ■ Outros Rendimentos

Handwritten signature and initials

O volume de negócios de discrimina-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Vendas:		
Farol	917.402,75	555.978,70
Merchandising Eventos	4.565,62	0,00
Sub-total	921.968,37	555.978,70
Prestação de serviços:		
Parque	294.161,18	254.191,25
Parquímetros	345.898,81	326.819,22
CAR Surf	80.336,04	39.489,25
Eventos Futebol de praia	81.670,00	184.968,89
Eventos Andebol de praia	29.046,20	28.709,16
Prestação de Serviços RSU	85.250,00	0,00
Contratação in House Educação	248.246,88	106.307,40
Contratação in House Cultura Eventos	320.000,04	0,00
Outros Eventos	0,00	4.003,00
Participação Marca Oeste Portugal (CIO)	0,00	19.000,00
Protocolo apoio desportivo Fundação do Desporto	31.500,00	30.500,00
Multas	141.174,42	25.530,00
Distribution Rights North Cannon doc.	428,94	106.307,40
Outros	40.581,97	1.101,15
Sub-total	1.698.294,48	1.020.619,32
Total	2.620.262,85	1.576.598,02

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

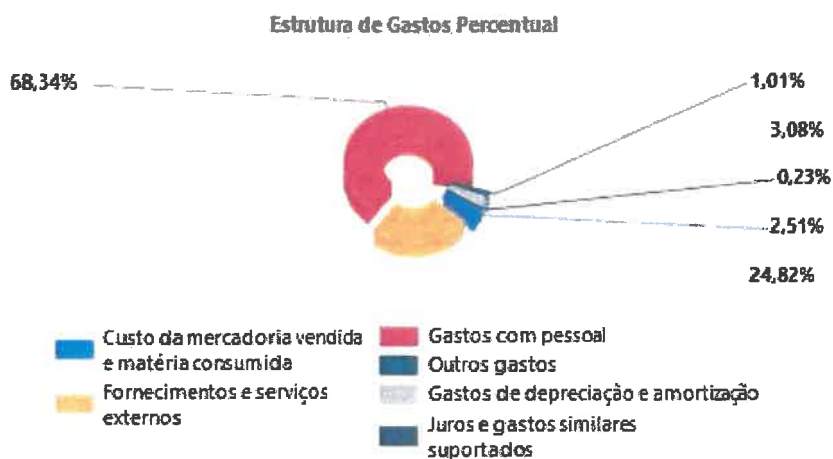
Os subsídios à exploração recebidos discriminam-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
- Município Nazaré:		
Contrato-Programa Educação	0,00	223.400,00
Contrato-Programa Cultura/Eventos	0,00	273.900,00
Contrato-Programa CarSurf	309.999,96	294.900,00
Sub-total	309.999,96	792.200,00
- Serviços Municipalizados Nazaré:		
Contrato-Programa RSU	0,00	228.660,00
Sub-total	0,00	228.660,00
- Turismo Centro de Portugal	25.000,00	25.000,00
Total	334.999,96	1.045.860,00

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



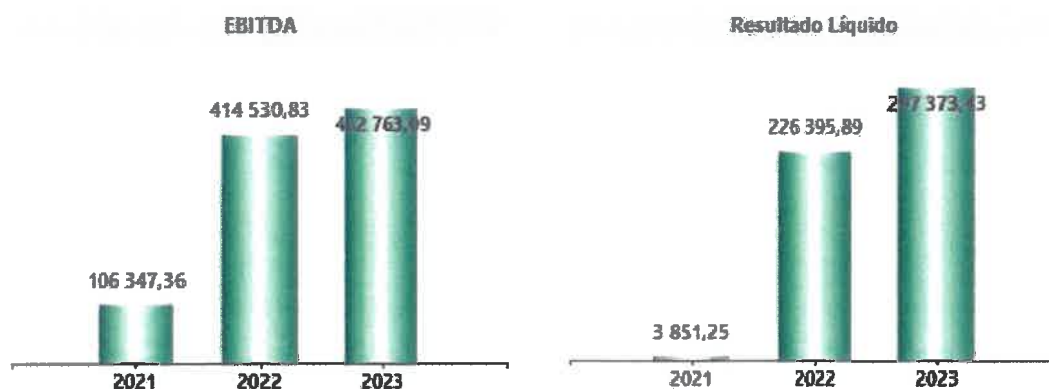
1-0

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2023	2022	2021
Gastos com Pessoal	1 773 779,91	1 549 258,50	1 556 796,45
Nº Médio de Pessoas	88	85	86
Gasto Médio por Pessoa	20 156,59	18 226,57	18 102,28

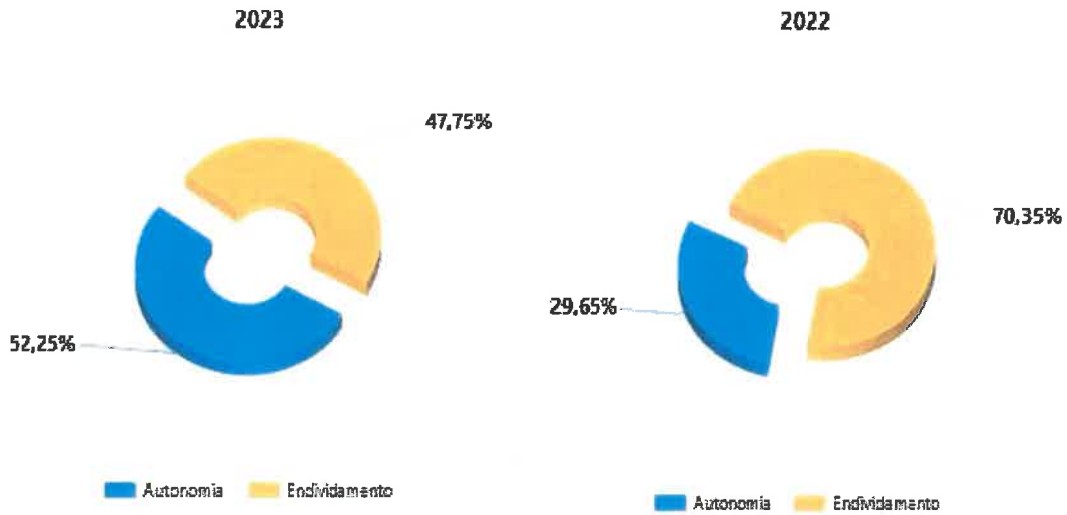
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou em 2023, comparativamente aos anos anteriores, um valor de EBITDA de 462.763,09 € e um Resultado Líquido de 297.373,43 €.



H. G.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode avaliar-se a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2023		2022	
Ativo não corrente	243 188,92	23 %	260 764,20	29 %
Ativo corrente	831 522,20	77 %	630 025,76	71 %
Total ativo	1 074 711,12		890 789,96	

RUBRICAS	2023		2022	
Capital Próprio	561 487,54	53 %	264 114,11	30 %
Passivo não corrente	27 894,15	3 %	97 430,17	11 %
Passivo corrente	485 329,43	44 %	529 245,68	59 %
Total Capital Próprio e Passivo	1 074 711,12		890 789,96	

A sociedade exerceu atividade no sector da promoção do desenvolvimento das atividades económicas e do serviço público do concelho, através da prestação de consultoria, nomeadamente nas vertentes da industria, comércio e serviços, bem como a promoção dos meios que assegurem atividades municipais de carácter cultural, educativo, social, ambiental e desportivo, assegurando ainda a gestão e exploração de equipamentos públicos e competências municipais delegadas, e ainda a prestação de serviços para o desenvolvimento das valências locais e regionais.

O resultado por operações é o que consta no quadro seguinte:

Descrição	Educação	Cultura / Eventos	CarSurf	RSU	Eventos Futebol de Praia	Eventos Andebol de Praia	Parque estacionamento	Parquímetros	Forte São Miguel / Praia do Norte	TOTAL
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	2.282,82	2.282,81	0,00	0,00	917.402,75	921.968,38
Prestação de serviços	248.246,88	320.000,04	111.836,04	85.250,00	81.670,00	29.046,20	294.161,18	487.073,23	41.010,91	1.698.294,48
Subsídios à exploração	0,00	0,00	309.999,96	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	334.999,96
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-65.111,27	-65.111,27
Fornecimentos e serviços externos	-9.678,90	-11.994,35	-84.873,73	-5.576,12	-192.342,85	-87.045,72	-83.077,47	-89.384,24	-80.347,19	-644.320,57
Gastos com pessoal	-219.601,68	-333.472,63	-277.981,19	-75.191,35	-3.024,92	-1.442,59	-156.386,72	-221.617,94	-485.060,90	-1.773.779,91
Outros rendimentos e ganhos	1.175,68	1.594,66	2.207,72	252,88	1.260,95	559,53	1.015,62	4.921,03	4.047,58	17.035,65
Outros gastos e perdas	-1.002,48	-1.222,05	-2.185,62	-354,72	-1.146,62	-633,36	-1.801,55	-2.800,95	-15.168,68	-26.319,03
Resultados antes de depreciações, gastos financeiros e impostos	19.139,50	-25.094,33	59.002,18	4.380,69	-98.800,62	-44.735,12	53.911,06	178.191,13	316.773,20	462.767,69
Gastos reversões de depreciações e de amortização	-6.618,19	-9.672,97	-12.479,46	-3.020,08	-4.231,97	-1.976,22	-6.316,15	-11.638,51	-23.366,52	-79.320,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	12.521,31	-34.767,30	46.522,72	1.360,61	-103.032,59	-46.711,34	47.594,91	166.552,62	293.406,68	383.447,62
Juros e gastos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-502,70	-639,76	-777,40	-223,36	-188,42	-118,45	-667,56	-1.020,66	-1.951,63	-6.089,94
Resultado antes dos impostos	12.018,61	-35.407,06	45.745,32	1.137,25	-103.221,01	-46.829,79	46.927,35	165.531,96	291.455,05	377.357,68

3 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL LDA no período económico findo em 31 de dezembro de 2023 realizou um resultado líquido de 297.373,43€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2023
Distribuição Lucros – Câmara Municipal Nazaré	100.000,00 €
Reserva Livre	197.373,43 €

4 - Outras Informações

A NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2023.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social e autoridade tributária.

5 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço e a Demonstração dos Resultados por naturezas.



Nazaré, 31 de março de 2024

O Conselho de Gerência



Salvador Portugal Formiga



João Paulo Quinzico da Graça




Regina Margarida Amada Piedade Matos

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo reduzido) do período findo em 31-12-
2023
(montantes em euros)**

**NAZARÉ QUALIFICA, E.M.,
UNIPESSOAL LDA**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	2 620 262,86	1 576 598,02
Subsídios à exploração	10	334 999,96	1 045 860,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(65 111,27)	(21 217,57)
Fornecimentos e serviços externos	8	(644 320,57)	(636 402,62)
Gastos com o pessoal	12	(1 773 779,91)	(1 549 258,50)
Outros rendimentos	8	17 031,05	12 173,49
Outros gastos		(26 319,03)	(13 221,99)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		462 763,09	414 530,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(79 320,07)	(117 263,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		383 443,02	297 266,88
Juros e rendimentos similares obtidos	8	4,60	
Juros e gastos similares suportados	6	(6 089,94)	(5 224,72)
Resultado antes de impostos		377 357,68	292 042,16
Imposto sobre o rendimento do período		(79 984,25)	(65 646,27)
Resultado líquido do período		297 373,43	226 395,89

Administração / Gerência


1-0-

Contabilista Certificado Nº 84916

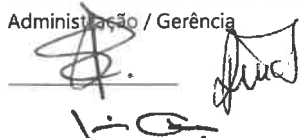
92944
Catarina Fernandes

**Balço - (modelo reduzido) em 31-12
-2023
(montantes em euros)**


NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL LDA

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	243 188,92	260 559,76
Ativos intangíveis	5		204,44
		243 188,92	260 764,20
Ativo corrente			
Inventários	7;14	84 227,10	81 508,79
Cientes	11	157 212,46	116 251,72
Outros créditos a receber	11	9 617,72	7 418,90
Diferimentos		694,64	1 197,31
Outros ativos correntes	11	500,00	500,00
Caixa e depósitos bancários		579 270,28	423 149,04
		831 522,20	630 025,76
Total ativo		1 074 711,12	890 789,96
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	10 000,00	10 000,00
Reservas legais		2 500,00	2 500,00
Outras reservas		250 427,98	24 032,09
Resultados transitados		1 186,13	1 186,13
Resultado líquido do período		297 373,43	226 395,89
Total do capital próprio		561 487,54	264 114,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6;11	27 894,15	97 430,17
		27 894,15	97 430,17
Passivo corrente			
Fornecedores	11	61 840,34	91 598,55
Estado e outros entes públicos		86 416,34	81 956,88
Financiamentos obtidos	6;11	69 999,98	120 279,96
Diferimentos		13 799,89	
Outros passivos correntes	11	253 272,88	235 410,29
		485 329,43	529 245,68
Total do passivo		513 223,58	626 675,85
Total do capital próprio e do passivo		1 074 711,12	890 789,96

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 84916

920464


**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31-12-2023
(montantes em euros)**



**NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal
LDA**

RUBRICAS	PERÍODO	
	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2 966 909,60	2 893 808,21
Pagamentos a fornecedores	844 571,39	599 147,99
Pagamentos ao pessoal	1 163 033,28	1 100 343,78
Caixa gerada pelas operações	959 304,93	1 194 316,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	89 778,27	62 730,33
Outros recebimentos/pagamentos	(526 254,69)	(765 150,81)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	343 271,97	366 435,30
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	61 744,79	91 746,11
Recebimentos provenientes de:		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(61 744,79)	(91 746,11)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	119 816,00	120 071,50
<i>Juros e gastos similares</i>	6 089,94	5 224,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(125 905,94)	(125 296,22)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	155 621,24	149 392,97
Caixa e seus equivalentes no início do período	423 149,04	273 756,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	579 270,28	423 149,04

Administração / Gerência

Contabilista Certificado N° 849T6

92964
Catarina Fernandes


I-G

Catherine

NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL LDA

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO : 2023

ÍNDICE


1-0
Catherine

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação

- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
 - 2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
 - 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Principais políticas contabilísticas
 - 3.2 Alterações nas políticas contabilísticas
 - 3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas
 - 3.4 Correção de erros de períodos anteriores
 - 3.5 Resumo das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

- 5 - Ativos intangíveis**
 - 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
 - 5.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 5.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

- 6 - Custos de empréstimos obtidos**
 - 6.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:
 - 6.2 Outras divulgações

~~1-0~~
Caterina

7 - Inventários

7.1 Quantia escriturada de inventários

8 - Rendimentos e gastos

8.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

8.2 Discriminação do volume de negócios

8.3 Discriminação dos outros rendimentos

8.4 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1 Natureza e extensão das entidades públicas

9.2 Discriminação subsídios

10 - Instrumentos financeiros

10.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:

10.2 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

11 - Benefícios dos empregados

11.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

11.2 Benefício dos empregados e encargos da entidade

12 - Acontecimentos após a data do balanço

12.1 Outras divulgações

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 Informação por atividade económica



13.2 Informação por mercado geográfico

13.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

14 - Outras divulgações

14.1 Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas

14.1.1 Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:


H. Q.

Catherine

14.1.2 Resultado por operações

15 - Impostos e contribuições

15.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

15.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

16 - Partes relacionadas

16.1 Identificação das partes relacionadas

16.1.1 Entidades participantes

16.1.1.1 Participação no capital social da entidade

16.1.1.2 Entidades que participam diretamente no capital da entidade

17 - Fluxos de caixa

17.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:


L.O.

Catherine

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

A NAZARÉ QUALIFICA, E.M. – UNIPESSOAL, LDA., referida neste documento como NAZARÉ QUALIFICA ou EMPRESA, é uma empresa municipal constituída em 30 de Dezembro de 2005, embora a sua atividade tenha sido iniciada apenas durante o exercício de 2007, com sede social em Nazaré.

A Nazaré Qualifica, tem a missão institucional de contribuir para a promoção do desenvolvimento das atividades económicas do concelho. A Nazaré Qualifica, é uma empresa municipal com capital maioritariamente público que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira. Rege-se pela Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais, pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelo regime das empresas públicas e no que não estiver especialmente regulado, pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais

H.A.
Augusto
Colares

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 50.000 euros. e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

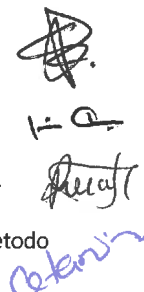
As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras.


A. B.
I. Q.
A. B.
C. B.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.


I.C.

Cofarve

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a

Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Redito da Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

H. A.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.


1-0
Colaris

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

No cálculo das depreciações dos ativos fixos tangíveis, foram usadas as quotas máximas.

Não se verificaram mais alterações voluntárias em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas com efeitos no período corrente, ou que se espera que tenham efeitos em períodos futuros.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

Não existiram erros materiais em períodos anteriores.

3.5. Resumo das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

Não se verificaram quaisquer eventos ou situações que dessem origem a alterações nas estimativas contabilísticas.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Custo	Linha Reta	10 anos	10
Equipamento básico	Custo	Linha Reta	3 a 10 anos	10 a 33,33
Equipamento de transporte	Custo	Linha Reta	3 a 7 anos	14,28 a 33,33
Equipamento administrativo	Custo	Linha Reta	3 a 8 anos	12,5 a 33,33
Outros ativos fixos tangíveis	Custo	Linha Reta	4 a 8 anos	12,5 a 25

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	26 438,22	612 934,19	55 097,97	48 487,79	25 238,12	768 196,29
Depreciações acumuladas	4 390,36	418 505,59	44 412,11	31 954,60	8 373,87	507 636,53
Saldo no início do período	22 047,86	194 428,60	10 685,86	16 533,19	16 864,25	260 559,76
Variações do período	(2 643,82)	(21 872,16)	14 442,62	(3 274,47)	(4 023,01)	(17 370,84)
Total de aumentos		25 653,20	32 636,14	3 455,45		61 744,79
Aquisições em primeira mão		25 653,20	32 636,14	3 455,45		61 744,79
Total diminuições	2 643,82	47 525,36	18 193,52	6 729,92	4 023,01	79 115,63
Depreciações do período	2 643,82	47 525,36	18 193,52	6 729,92	4 023,01	79 115,63
Outras transferências	(2 643,82)	(22 513,49)	14 442,62	(3 274,47)	(4 023,01)	61 744,79
Saldo no fim do período	19 404,04	171 915,11	25 128,48	13 258,72	12 841,24	243 188,92
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>26 438,22</i>	<i>638 587,39</i>	<i>87 734,11</i>	<i>51 943,24</i>	<i>25 238,12</i>	<i>829 941,08</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>7 034,18</i>	<i>466 030,95</i>	<i>62 605,63</i>	<i>38 684,52</i>	<i>12 396,88</i>	<i>587 977,16</i>


 I.O.

 Catarina

Quadro comparativo:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	21 528,22	529 760,19	55 097,97	44 825,68	25 238,12	676 450,18
Depreciações acumuladas	1 828,37	328 512,81	31 406,20	24 682,63	4 350,86	390 780,87
Saldo no início do período	19 699,85	201 247,38	23 691,77	20 143,05	20 887,26	285 669,31
Variações do período	2 348,01	(6 818,78)	(13 005,91)	(3 609,86)	(4 023,01)	(25 109,55)
Total de aumentos	4 910,00	83 174,00		3 662,11		91 746,11
Aquisições em primeira mão	4 910,00	83 174,00		3 662,11		91 746,11
Total diminuições	2 561,99	89 992,78	13 005,91	7 271,97	4 023,01	116 855,66
Depreciações do período	2 561,99	89 992,78	13 005,91	7 271,97	4 023,01	116 855,66
Saldo no fim do período	22 047,86	194 428,60	10 685,86	16 533,19	16 864,25	260 559,76
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>26 438,22</i>	<i>612 934,19</i>	<i>55 097,97</i>	<i>48 487,79</i>	<i>25 238,12</i>	<i>768 196,29</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>4 390,36</i>	<i>418 505,59</i>	<i>44 412,11</i>	<i>31 954,60</i>	<i>8 373,87</i>	<i>507 636,53</i>

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Programas de computadores	Custo	Linha Reta	3 anos	33,33


 H.O.

 Colerice

5.1.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			1 225,00					1 225,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período			1 225,00					1 225,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			1 225,00					1 225,00
Amortizações acumuladas			1 020,56					1 020,56
Saldo no início do período			204,44					204,44
Variações do período								
Total de aumentos								
Amortizações do período			204,44					204,44
Total diminuições			204,44					204,44
Saldo no final do período								

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			1 225,00					1 225,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período			1 020,56					1 020,56
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			1 225,00					1 225,00
Amortizações acumuladas			612,27					612,27
Saldo no início do período			612,73					612,73
Variações do período								
Total de aumentos								
Amortizações do período			408,29					408,29
Total diminuições			408,29					408,29
Saldo no final do período			204,44					204,44

6 - Custos de empréstimos obtidos

H.P.
Ceteris

6.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		69 999,98	27 894,15	6 033,27	6 033,27				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		69 999,98	27 894,15	6 033,27	6 033,27				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		69 999,98	27 894,15	6 033,27	6 033,27				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		120 279,96	97 430,17	4 999,52	4 999,52				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		120 279,96	97 430,17	4 999,52	4 999,52				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		120 279,96	97 430,17	4 999,52	4 999,52				

6.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	6 033,27	4 999,52
Juros de financiamentos suportados	6 033,27	4 999,52
Outros juros de financiamentos obtidos	6 033,27	4 999,52

7 - Inventários

7.1. Quantia escriturada de inventários

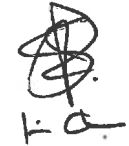
Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	81 508,79		84 534,51	53 760,66		53 760,66
Compras	68 026,60	5 500,30	73 526,90	27 811,61		27 811,61
Reclassificação e regularização de inventários	5 697,32		5 697,32			
Inventários finais	84 227,10		84 227,10	81 508,79		81 508,79
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	59 610,97	5 500,30	65 111,27	21 217,57		21 217,57
OUTRAS INFORMAÇÕES						


L.O.
G. L. A.
Coler

8 - Rendimentos e gastos

8.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	921 968,38	555 978,70
Prestação de serviços	1 698 294,48	1 020 619,32
Total	2 620 262,86	1 576 598,02


L. A.


C. A. Tenreiro

8.2. Discriminação do volume de negócios

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas:		
Farol	917.402,75	555.978,70
Merchandising eventos	4.565,62	0,00
Sub-total	921.968,37	555.978,70
Prestação de serviços:		
Parque	294.161,18	254.191,25
Parquímetros	345.898,81	326.819,22
CAR Surf	80.336,04	39.489,25
Eventos Futebol de praia	81.670,00	184.968,89
Eventos Andebol de praia	29.046,20	28.709,16
Prestação de serviços RSU	85.250,00	0,00
Contratação in house Educação	248.246,88	106.307,40
Contratação in house Cultura Eventos	320.000,04	0,00
Outros Eventos	0,00	4.003,00
Participação Marca Oeste Portugal (CIO)	0,00	19.000,00
Protocolo apoio desportivo Fundação do Desporto	31.500,00	30.500,00
Multas	141.174,42	25.530,00
Distribution Rights North Cannon doc.	428,94	0,00
Outros	40.581,97	1.101,15
Sub-total	1.698.294,48	1.020.619,32
Total	2.620.262,85	1.576.598,02

8.3 Discriminação dos outros rendimentos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outros rendimentos suplementares	0,00	130,92
Descontos de pronto pagamento obtidos	4,60	0,00
Rendimentos e gastos nos restantes ativos financeiros	4,50	0,51
Rendimentos e gastos nos restantes ativos não financeiros	2.740,33	0,00
Outros	14.286,22	12.042,06
Total	17.035,65	12.173,49

8.4. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos		1 620,00
Serviços especializados	444 798,80	418 351,35
Trabalhos especializados	146 946,93	126 852,31
Publicidade e propaganda	15 451,42	25 053,30
Vigilância e segurança	103 644,12	98 558,53
Honorários	108 472,41	104 581,10
Comissões	1 411,60	3 500,00
Conservação e reparação	28 097,98	36 998,59
Outros	40 774,34	22 807,52
Materiais	43 830,17	54 163,86
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	19 759,07	29 703,34
Material de escritório	24 071,10	24 460,52
Energia e fluidos	14 499,65	20 758,27
Eletricidade	9 445,65	18 335,93
Combustíveis	2 914,29	2 202,96
Água	2 139,71	219,38
Deslocações, estadas e transportes	41 742,93	71 600,58
Deslocações e estadas	35 888,04	65 826,24
Transportes de pessoal	667,85	3 551,80
Transportes de mercadorias	5 187,04	2 222,54
Serviços diversos	99 449,02	69 908,56
Rendas e alugueres	62 358,35	47 599,03
Comunicação	22 567,06	9 504,50
Seguros	2 251,78	4 646,65
Royalties	1 750,00	
Contencioso e notariado	6 088,00	455,00
Limpeza, higiene e conforto	4 433,83	7 703,38
Total	644 320,57	636 402,62

~~H.Q.~~
H.Q.
[Assinatura]
celarino

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1. Natureza e extensão das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Subsídios à exploração					334 999,96	334 999,96			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
Total					334 999,96	334 999,96			

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Subsídios à exploração					1 045 860,00	1 045 860,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
Total					1 045 860,00	1 045 860,00			

L.A.
Luís
Catherine

9.2.

Discriminação subsídios

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
- Município Nazaré:		
Contrato-Programa Educação	0,00	223.400,00
Contrato-Programa Cultura/Eventos	0,00	273.900,00
Contrato-Programa CarSurf	309 999,96	294.900,00
Sub-total	309.999,96	792.200,00
- Serviços Municipalizados Nazaré:		
Contrato-Programa RSU	0,00	228.660,00
Sub-total	0,00	228.660,00
- Turismo Centro de Portugal	25.000,00	25.000,00
Total	334.999,96	1.045.860,00

10 - Instrumentos financeiros

10.1

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	10 000,00			10 000,00
Reservas	26 532,09		226 395,89	252 927,98
Reservas legais	2 500,00			2 500,00
Outras reservas	24 032,09		226 395,89	250 427,98
Resultados transitados	1 186,13			1 186,13
Total	37 718,22		226 395,89	264 114,11

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	10 000,00			10 000,00
Reservas	22 680,84		3 851,25	26 532,09
Reservas legais	2 500,00			2 500,00
Outras reservas	20 180,84		3 851,25	24 032,09
Resultados transitados	1 186,13			1 186,13
Total	33 866,97		3 851,25	37 718,22

Handwritten signature and initials:
 1-0-
 Ceteve

10.2. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			167 330,18		
Clientes			157 212,46		
Adiantamentos a fornecedores			0,01		
Outras contas a receber			9 617,71		
Outros ativos financeiros			500,00		
Passivos financeiros:			413 007,35		
Fornecedores			61 840,34		
Financiamentos obtidos			9 7894,13		
Outras contas a pagar			253 272,88		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			124 170,62		
Clientes			116 251,72		
Adiantamentos a fornecedores			867,85		
Outras contas a receber			6 551,05		
Outros ativos financeiros			500,00		
Passivos financeiros:			544 718,97		
Fornecedores			91 598,55		
Financiamentos obtidos			217 710,13		
Outras contas a pagar			235 410,29		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					


 L. O.

 Catarina

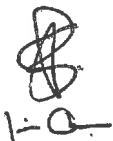

11 - Benefícios dos empregados

11.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	88,00	158 096,00	85,00	164 560,00
Pessoas remuneradas	88,00	158 096,00	85,00	164 560,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	88,00	158 096,00	85,00	164 560,00
Pessoas a tempo completo	88,00	158 096,00	85,00	164 560,00
(das quais pessoas remuneradas)	88,00	158 096,00	85,00	164 560,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	82,00	158 096,00	85,00	164 560,00
Masculino	46,00	82 904,00	46,00	88 704,00
Feminino	43,00	75 192,00	39,00	75 856,00

11.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	1 773 779,91	1 549 258,50
Remunerações dos órgãos sociais	33 604,00	33 410,48
Remunerações do pessoal	1 377 003,34	1 201 583,44
Encargos sobre as remunerações	303 661,89	266 583,50
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19 102,32	18 086,86
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	40 408,36	29 594,22


L. A.

Celerin

12 - Acontecimentos após a data do balanço

12.1. Outras divulgações

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2024.

Durante o período de 1 de Janeiro de 2024 e 31 de Março de 2024 não ocorreram acontecimentos suscetíveis de provocarem quer ajustamentos às demonstrações financeiras quer divulgações no Anexo.

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	921 968,38	921 968,38
De mercadorias	921 968,38	921 968,38
Prestações de serviços	1 698 294,48	1 698 294,48
Fornecimentos e serviços externos	644 320,57	644 320,57
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	65 111,27	65 111,27
Mercadorias	59 610,97	59 610,97
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	5 500,30	5 500,30
Gastos com o pessoal	1 773 779,91	1 773 779,91
Remunerações	1 410 607,34	1 410 607,34
Outros gastos	363 172,57	363 172,57
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	243 188,92	243 188,92
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	555 978,70	555 978,70
De mercadorias	555 978,70	555 978,70
Prestações de serviços	990 119,32	990 119,32
Compras	27 811,61	27 811,61
Fornecimentos e serviços externos	636 402,62	636 402,62
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	21 217,57	21 217,57
Mercadorias	21 217,57	21 217,57
Gastos com o pessoal	1 549 258,50	1 549 258,50
Remunerações	1 234 993,92	1 234 993,92
Outros gastos	314 264,58	314 264,58
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	260 559,76	260 559,76
Propriedades de investimento		

H.O.
[Assinatura]
C. Terin

13.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	921 968,38			921 968,38
Prestações de serviços	1 698 294,48			1 698 294,48
Fornecimentos e serviços externos	644 320,57			644 320,57
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	555 978,70			555 978,70
Prestações de serviços	830 119,32	160 000,00		990 119,32
Compras	27 811,61			27 811,61
Fornecimentos e serviços externos	636 402,62			636 402,62
Aquisições de ativos fixos tangíveis	91 746,11			91 746,11
Rendimentos suplementares:	130,92			130,92
Outros rendimentos suplementares	130,92			130,92

13.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

Handwritten signatures and initials:
H.O.
Catarina

14 - Outras divulgações

14.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas

14.1.1. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

NIF	507012100
Denominação	Município Nazaré

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
VALOR DAS TRANSAÇÕES	878 246,88						
Prestações de serviços	568 246,92						
Subsídios à exploração	309 999,96						

Quadro comparativo:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
VALOR DAS TRANSAÇÕES	898 507,40						
Prestações de serviços	106 307,40						
Subsídios à exploração	792 200,00						

~~Handwritten signature~~
H.A.
Cetem

16 - Partes relacionadas

16.1. Identificação das partes relacionadas

16.1.1. Entidades participantes

16.1.1.1. Participação no capital social da entidade

Descrição	Percentagem
De pessoas coletivas residentes	100,00%
Total	100,00%

16.1.1.2 Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF	507012100
Denominação	Município Nazaré
Part. direta capital (%)	100,00%
Part. direta direitos voto (%)	100,00%
Data de início da participação	30-12-2015
Data de fim da participação	

17 - Fluxos de caixa

17.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	11 321,52	1 804 365,53	1 805 672,64	10 014,41
Depósitos à ordem	411 827,52	3 425 940,91	3 268 512,56	569 255,87
Total	423 149,04	5 230 306,44	5 074 185,20	579 270,28

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	4 099,37	1 304 802,68	1 297 580,53	11 321,52
Depósitos à ordem	269 156,70	2 871 378,53	2 728 707,71	411 827,52
Total	273 256,07	4 176 181,21	4 026 288,24	423 149,04

A 31 de dezembro de 2023 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Nazaré, 31 de março de 2024

O Conselho de Gerência


Salvador Portugal Formiga


João Paulo Quinzico da Graça


Regina Margarida Amada Piedade Matos

O Contabilista Certificado


Catarina Fernandes

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a atividade da **Nazaré Qualifica, Unipessoal, Lda, E.M.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da sociedade reportadas a 31 de dezembro de 2023, os quais estão preparadas, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As bases de mensuração utilizadas merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, e os correspondentes Anexos apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Administração.

Leiria, 29 de maio de 2024

O Fiscal Único



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

representada por Henrique José Marto Oliveira (Revisor Oficial de Contas nº 961 e registado na CMVM com nº 20160578)

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Nazaré Qualifica, Unipessoal, Lda, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de de 1 074 711 euros e um total de capital próprio de 561 488 euros, incluindo um resultado líquido de 297 373 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Nazaré Qualifica, Unipessoal, Lda, E.M.**, e o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

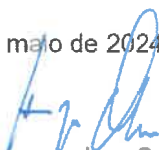
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Leiria, 29 de maio de 2024



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

representada por Henrique José Marto Oliveira (Revisor Oficial de Contas nº 961 e registado na CMVM com nº 20160578)


H.A.

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

ANO 2023



NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA
Rua da Praia do Norte,
Centro de Alto Rendimento de Surf
2450-504 Nazaré
NIF: 507571053

Conteúdo

I) Síntese (Sumário Executivo).....	3
II) Missão, Objetivos e Política.....	3
III) Estrutura de Capital.....	3
IV) Participações Sociais e Obrigações Detidas.....	4
V) Órgãos Sociais e Comissões.....	4
a) Modelo de Governo.....	4
b) Assembleia Geral.....	4
c) Administração e Supervisão.....	4
d) Fiscalização.....	5
e) Revisor Oficial de Contas (ROC).....	5
f) Auditor Externo.....	5
VI) Organização Interna.....	5
a) Estatutos e Comunicações.....	5
b) Controlo Interno e Gestão de Riscos.....	5
c) Regulamentos e Códigos.....	6
d) Sítio na Internet.....	6
e) Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	6
VII) Remunerações.....	7
a) Competência para a Determinação.....	7
b) Comissão de Fixação de Remunerações.....	7
c) Estrutura das Remunerações.....	7
d) Divulgação das Remunerações.....	7
VIII) Transações com partes Relacionadas e Outras.....	8
IX) Análise de Sustentabilidade da Entidade nos Domínios Económico, Social e Ambiental.....	8
X) Avaliação do Governo Societário.....	9
XI) Anexos do RGS.....	9

I) Síntese (Sumário Executivo)

O presente relatório é elaborado e aprovado nos termos do artigo 54º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 03 de outubro. A Nazaré Qualifica, E.M – Unipessoal, Lda. enquanto entidade pertencente ao Setor Público Empresarial (SPE), apresenta o relatório de boas práticas de governo societário, no qual consta informação atual e completa sobre o funcionamento dos seus órgãos sociais, objetivos, enquadramento legislativo a que a empresa está obrigada e medidas de controlo que dispõe.

No ano de 2023 e conforme desenvolvido nos pontos seguintes, foram cumpridos os objetivos definidos pela tutela para a gestão da empresa.

II) Missão, Objetivos e Política

A Nazaré Qualifica, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral que tem por objeto a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social local, atuando nas seguintes áreas estratégicas:

- A promoção e gestão de equipamentos coletivos e de desenvolvimento económico e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto;
- A promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- A renovação e reabilitação urbanas e gestão de património edificado;
- A promoção, construção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, no Município da Nazaré, sujeito ao pagamento de taxa, em zonas devidamente delimitadas e sinalizadas da via sob jurisdição municipal, no subsolo ou à superfície e a correspondente fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar, nos termos previstos no art.º 5 do Decreto-Lei nº 44/2005 de 23 de fevereiro e no Decreto-Lei nº 327/98 de 2 de novembro, alterado pela Lei nº 99/99 de 26 de julho, bem como, da legislação que altere ou substitua essas normas, incluindo a prestação de serviços conexos com estas atividades;
- O abastecimento público de água;
- O saneamento de águas residuais urbanas;
- A recolha de resíduos urbanos e limpeza pública;
- O transporte de passageiros.

O Município da Nazaré poderá ainda delegar na Nazaré Qualifica, E.M., Unipessoal, Lda., outros poderes/competências respeitantes à prestação de serviços públicos enquadráveis no seu objeto social.

III) Estrutura de Capital

A Nazaré Qualifica, é uma empresa municipal, constituída sob a forma de sociedade por quotas, com um capital social de € 10.000,00 (dez mil euros) cujo único detentor é o Município da Nazaré.



IV) Participações Sociais e Obrigações Detidas

A Nazaré Qualifica não detém quaisquer participações ou obrigações noutras entidades.

V) Órgãos Sociais e Comissões

a) Modelo de Governo

Nos termos previstos no artigo 7º dos Estatutos da Nazaré Qualifica, E.M. – Unipessoal, Lda. são órgãos sociais da sociedade:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Gerência;
- O Fiscal Único.

O mandato dos membros dos órgãos sociais tem a duração de 4 anos, sendo coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo dos atos de exoneração e da continuidade de funções até à efetiva substituição.

O exercício de funções dos membros dos órgãos sociais é acumulável com o exercício de outras funções profissionais, sem prejuízo das incompatibilidades previstas na Lei.

O exercício de funções nos órgãos sociais por parte de membros dos órgãos do Município não é remunerado.

b) Assembleia Geral

A Assembleia Geral é composta apenas por 1 (um) Presidente – Manuel António Águeda Sequeira, nomeado ao abrigo do prescrito no artigo 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por deliberação da Reunião de Câmara realizada em 15/10//2021.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	Outros Cargos
			Forma	Data		
2021-2025	Presidente AG	Manuel António Águeda Sequeira	Reunião Câmara	15/10/2021	Não Remunerado	Vereador da Câmara Municipal da Nazaré

c) Administração e Supervisão

O Conselho de Gerência foi nomeado pela Assembleia Geral da empresa municipal, em sessão de 18/11/2021, sendo composto por 1 (um) Presidente e 2 (dois) vogais:

- Presidente – Drº Walter Manuel Cavaleiro Chicharro;
- Vogal – Drº João Paulo Quinzico da Graça;
- Vogal – Drª Regina Margarida Amada Piedade Matos.



Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	Outros Cargos
			Forma	Data		
2021-2025	Presidente CG	Walter Manuel Cavaleiro Chicharro	AG	18/11/2021	Não Remunerado	Presidente da Câmara Municipal da Nazaré
2021-2025	Vogal CG	João Paulo Quinzico da Graça	AG	18/11/2021	Remunerado	Vogal da Junta de Freguesia de Nazaré (em regime de não permanência)
2021-2025	Vogal CG	Regina Margarida Amada Piedade Matos	AG	18/11/2021	Não Remunerado	Vereador da Câmara Municipal da Nazaré

d) Fiscalização

A fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, com poderes de vigência, fiscalização e verificação legalmente previstos.

e) Revisor Oficial de Contas (ROC)

Em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei N.º 50/2012, de 31 de agosto e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 11.º dos Estatutos, a Assembleia Municipal da Nazaré deliberou, na sua sessão de 23/09/2022, por maioria e sob proposta da Câmara Municipal, designar a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Mazars & Associados, SROC, SA., representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira, ROC n.º 961, como Fiscal Único da Nazaré Qualifica.

f) Auditor Externo

De acordo com os estatutos da Nazaré Qualifica, E.M, Lda. não existe Auditor Externo.

VI) Organização Interna

a) Estatutos e Comunicações

Os Estatutos da Nazaré Qualifica, encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da Nazaré Qualifica - <http://www.nazarequalifica.pt>.

b) Controlo Interno e Gestão de Riscos

A estrutura orgânica da empresa assenta num conjunto de princípios fundamentais inerentes ao desenvolvimento da atividade, que deverão estar bem definidos e implementados na organização.

Considerando o teor das Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, nomeadamente que a atividade de gestão e administração de dinheiros, valores e patrimónios públicos, deve pautar-se por princípios de interesse geral

(prosecução do interesse público, da igualdade, da proporcionalidade, transparência, da justiça, da imparcialidade, da boa fé e da boa administração), e que o fenómeno da corrupção constitui uma violação clara desses princípios, foi elaborado um Plano de Prevenção de Riscos de corrupção e infrações conexas, cujo documento e as respetivas revisões podem ser consultados em <http://www.nazarequalifica.pt>.

c) Regulamentos e Códigos

Neste ponto faz-se uma referência sumária aos regulamentos internos e externos a que a Nazaré Qualifica, está legalmente obrigada.

- Estatutos;
- Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais – Lei nº 50/2012, de 31 de agosto;
- Regime Jurídico do Setor Público Empresarial – Decreto-Lei nº 133/2013, de 29 de janeiro e respetivas alterações;
- Código de Conduta;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

d) Sítio na Internet

A empresa utiliza o seu sítio da internet - <http://www.nazarequalifica.pt> para o cumprimento dos deveres de informar a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente toda a informação mencionada no artigo 43º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, designadamente:

- Escritura da Constituição da Sociedade e Estatutos;
- Estrutura do Capital Social;
- Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;
- Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
- Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
- Planos de atividades anuais;
- Orçamento anual;
- Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do órgão de gestão, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização;
- Pareceres do Fiscal Único, previstos no artigo 25º da Lei nº 50/2012;
- Código de Conduta;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;

e) Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

A empresa desenvolve a prestação de serviço público ou de interesse geral, por determinação do Município da Nazaré,



seu acionista único:

- Nas áreas da Educação e Cultura;
- Na gestão do Centro de Alto Rendimento de Surf da Nazaré;
- Na gestão do Forte de São Miguel Arcanjo;
- Na gestão do Parque de Estacionamento Público Cândido dos Reis;
- Na gestão das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada;
- No exercício da fiscalização do Estacionamento Público;
- Na alienação de lotes na Zona Industrial de Valado dos Frades.

VII) Remunerações

a) Competência para a Determinação

A afixação ou atribuição de remunerações aos órgãos sociais é da competência da Assembleia Geral respeitando os limites definidos por lei.

b) Comissão de Fixação de Remunerações

Não se aplica à Nazaré Qualifica.

c) Estrutura das Remunerações

Em conformidade com as disposições previstas no artigo 30º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, os membros dos órgãos do Município que exerçam funções nos órgãos sociais da Nazaré Qualifica, não são remunerados.

d) Divulgação das Remunerações

O Vogal do Conselho de Gerência, João Paulo Quinzico da Graça, é o único membro do Conselho de Gerência remunerado, de acordo com a tabela que se apresenta.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração			
			Forma	Data	Valor Base Bruto Mensal	Despesas Representação	Subs. Refeição Diário	Outras Despesas (viatura e telemóvel)
2021-2025	Vogal CG	João Paulo Quinzico da Graça	AG	18/11/2021	2 300,00 €	20%	6,00 €	Não

O Fiscal Único, a Mazars & Associados, SROC, SA, aufere a remuneração apresentada no quadro infra, de acordo com o contrato celebrado entre as partes.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração
			Forma	Data	Valor Anual
2021-2025	Fiscal Único	Mazars & Associados, SROC, SA	AM	23/09/2022	2 710,00 € + IVA 23%

Relativamente aos funcionários da empresa municipal, são-lhes aplicados os valores fixados pelo Conselho de Gerência.

VIII) Transações com partes Relacionadas e Outras

Como parte relacionada identifica-se o Município da Nazaré, detentor de 100% do capital social da empresa municipal.

No ano de 2023 foram celebrados entre a empresa municipal e o Município da Nazaré as seguintes transações:

Contrato-Programa CARSurf, para o ano de 2023, no valor de 309.999,96 euros;

Contratações In House Educação, para o ano de 2023, no valor de 248.246,88 euros;

Contratação In House Cultura e Eventos, para o ano de 2023, no valor de 320.000,04 euros.

Todas as transações com partes relacionadas e outras estão identificadas nos documentos de prestações de contas e registos contabilísticos.

IX) Análise de Sustentabilidade da Entidade nos Domínios Económico, Social e Ambiental

Domínio Ambiental

A empresa municipal caminha para a elaboração de uma estratégia para a sustentabilidade no domínio ambiental, com a definição de metas neste domínio, compatível com o objeto social da empresa.

De qualquer das formas, são praticadas ações conducentes à melhoria ambiental, através de soluções genéricas ao nível da eficiência energética, com a utilização sempre que possível e necessária de iluminação mais eficiente, medidas de poupança de água, reciclagem de papel, de resíduos sólidos e de outros materiais informáticos de consumo, bem como a aquisição de bens de maior sustentabilidade ambiental.

Domínio Social

A empresa municipal caminha para a elaboração de uma estratégia para a sustentabilidade no domínio social, com a definição de metas neste domínio, compatível com o objeto social da empresa.

De qualquer das formas, são praticadas ações conducentes à melhoria neste domínio, através da formação profissional e valorização dos seus funcionários nas diferentes áreas de atuação da empresa municipal.

Quanto a qualquer forma de discriminações, tais práticas não se aplicam na empresa, bem como a empresa tenta da forma possível a conciliação entre a vida profissional e pessoal/familiar dos seu funcionários atentos às necessárias e obrigatórias prestações de serviço público a que a empresa se obriga perante o município.

Domínio Económico

A demonstração de sustentabilidade da empresa municipal no domínio económico está refletida na Prestação de Contas do ano 2023.

X) Avaliação do Governo Societário

O Conselho de Gerência cumpriu os compromissos assumidos com o Município da Nazaré para o ano de 2023.

O Fiscal Único aferiu o cumprimento da apresentação anual de relatório de boas práticas do governo societário, conforme estipulado no artigo 54º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 03 de outubro.

XI) Anexos do RGS

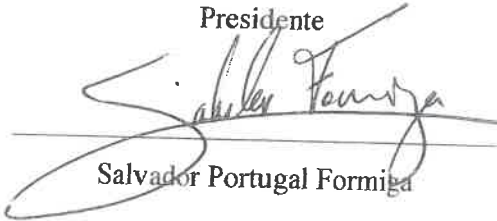
Atas de aprovação da prestação de contas do ano de 2023.

Nota: Este Relatório de Governo Societário, relativo ao ano de 2023, integrará o Relatório e Prestação de Contas de 2023 como anexo ao mesmo.


Nazaré, 31 de março de 2024.

O Conselho de Gerência


Presidente


Salvador Portugal Formiga

Vogal

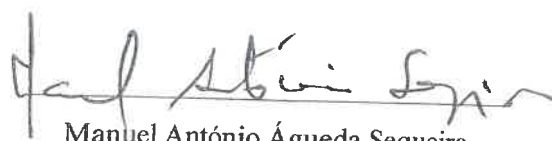

João Paulo Quinzico da Graça

Vogal


Regina Margarida Amada Piedade Matos

Pela Assembleia Geral

Presidente


Manuel António Águeda Sequeira



DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2023 da Nazaré Qualifica, Salvador Portugal Formiga, Presidente do Conselho de Gerência, declara ainda que a subscrição da Declaração de Responsabilidade, nos termos da Resolução n.º 44/2015, do Tribunal de Contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pela empresa PinkGest cuja Técnica Oficial de Contas é a Dra. Catarina Fernandes e certificadas pelo revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Nazaré, 29 de maio de 2024.

O Presidente do Conselho de Gerência

Salvador Portugal Formiga

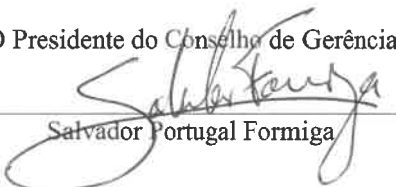
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2023 da Nazaré Qualifica declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.


O Conselho de Gerência

O Presidente do Conselho de Gerência



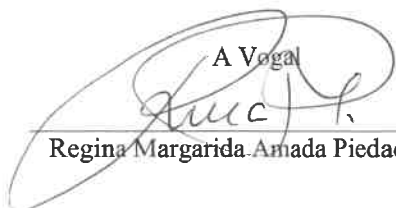
Salvador Portugal Formiga

O Vogal



João Paulo Quinzico da Graça

A Vogal



Regina Margarida Amada Piedade Matos